



**SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
DO RIO GRANDE DO SUL - SUSEPE/RS
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022**

EDITAL Nº 06/2022 – RETIFICAÇÃO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Superintendente dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul, por este Edital, torna pública a presente divulgação para informar:

1. Altera-se no ANEXO XI – PROGRAMAS – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, CARGO 04: TÉCNICO SUPERIOR PENITENCIÁRIO – CIÊNCIAS CONTÁBEIS, que passa ser conforme segue, e não como constou.

PROGRAMA: Contabilidade Geral: ~~Princípios contábeis geralmente aceitos~~. Escrituração e levantamento do balanço patrimonial, ~~da demonstração do resultado do exercício e da demonstração dos fluxos de caixa~~ das empresas comerciais, industriais e de serviços. Procedimentos contábeis de escrituração: Diário, Razão, Livros Auxiliares, dentre outros. Planos de Contas. Regimes Contábeis: competência de exercício e de caixa. Apuração de resultados: Operações Financeiras, disponibilidades. Reservas e provisões. Amortização, Consolidação de balanços. Contabilidade Pública: Orçamento: conceito e princípios. Classificação da receita. Classificação da despesa: institucional, funcional, programática e por natureza. Créditos adicionais: espécies, características. Receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias. Variações independentes da execução orçamentária. Apuração de resultados e de demonstrativos contábeis. ~~Demais conceitos, normas e procedimentos previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª edição (válido a partir de 2022) e de observância obrigatória por todas as entidades públicas. Plano plurianual de investimentos; Lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual. Créditos Adicionais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, controles interno e externo, segundo as constituições federal e estadual. Contabilidade Geral; Leis de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, 10.520/2002 e 8.666/1993 ;e; Balanço Consolidado e Patrimonial; Auditoria Contábil; Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Fiscalização de tributos: organização de processos, auditoria fiscal e cumprimento de leis e regulamentos municipais. A receita do município: fontes, arrecadação, sonegação, cadastro de contribuintes. Receita e despesa pública: conceitos, classificação, escrituração. Análise de balanço, talonários, selos de controle, notas fiscais e livros fiscais. Bens públicos: conceitos, cálculos, alienação, aquisição, administração, uso e avaliações. Despesas públicas, licitação, impostos e tributos. Código Tributário Municipal. Código Tributário Nacional. Lei Complementar Federal nº 116/2003 e Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual (Lei Complementar estadual 14.836, 14 de janeiro de 2016). Lei 4320/64 - Normas Gerais de Direito Financeiro. Normas gerais de direito tributário. Tributos e outras receitas municipais. Fato gerador. Base de cálculo. Alíquota. Lançamentos – modalidades: por declaração, de ofício e por homologação, revisão, atualização de valores imobiliários, recursos contra lançamentos. Crédito tributário – exigibilidade, extinção, pagamento, decadência, prescrição, exclusão, anistia, cobrança judicial. Imunidade e isenção – isenções: unilaterais, bilaterais, subjetivas e objetivas. Incidência e não incidência. Bitributação e "BIS IN IDEM". Parafiscalidade e extrafiscalidade. Normas Brasileiras de Contabilidade NBC E NBC-T. CONTABILIDADE GERAL: Escrituração de operações de empresas, requisitos dos lançamentos e repercussão patrimonial. Regimes contábeis. Plano de contas, função e funcionamento de contas patrimoniais e de resultado. Cálculo e contabilização de depreciação e reavaliação. Estrutura conceitual da contabilidade. Composição do ativo, passivo e patrimônio líquido, contas e agrupamentos. Apuração, contabilização e demonstração do resultado do exercício. Reservas e provisões. Demonstrações contábeis: Demonstração do Resultado do Exercício, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Análise de balanços: Indicadores de liquidez e ciclo operacional. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações atualizada e Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes à data do edital. CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: Conceitos e Procedimentos contábeis orçamentários: Princípios orçamentários. Receita orçamentária: Conceito, classificações, registro, relacionamento do regime orçamentário com o regime contábil, etapas e procedimentos contábeis referentes à receita orçamentária. Despesa Orçamentária: Conceito, classificações, Créditos orçamentários iniciais e adicionais, etapas e procedimentos contábeis referentes à despesa orçamentária. Restos a Pagar e regime de adiantamento. Fonte e destinação de recursos. Conceitos e Procedimentos Contábeis Patrimoniais: Composição do patrimônio público. Variações patrimoniais qualitativas, quantitativas e resultado patrimonial. Mensuração de ativos e passivos. Caixa e equivalente de caixa. Estoques. Ativo Biológico e Produto Agrícola. Propriedade para Investimento. Ativos imobilizado e intangíveis. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão. Transações com e sem contraprestação. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Custo de empréstimos. Provisões, Ativos Contingentes e~~

Passivos Contingentes. Apropriação de 13º Salário e Férias. Repercussão patrimonial das despesas de exercícios anteriores. Procedimentos Contábeis Específicos: Parcerias público-privadas. Operações de crédito, dívida ativa, precatórios em regime especial. Consórcios públicos. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: Balanços Orçamentário, Financeiro e Balanço Patrimonial. Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido. Notas explicativas e Consolidação das Demonstrações Contábeis. De acordo com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, publicado em novembro de 2021, válido a partir de 2022. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS: Administração Pública: Princípios Administrativos: Princípios explícitos e implícitos. Estrutura da administração pública direta e indireta, suas entidades e respectivas características. Poderes e deveres administrativos. Estruturas e Organização: Conceitos, características e classificação e dos órgãos e entidades que compõem a Administração Direta e a Administração Indireta. Atos administrativos: Atributos, classificação, perfeição, validade, eficácia e espécies de atos administrativos. Licitação Pública: conceitos, princípios, modalidades, características e tipos, de licitação e seu processamento. Inexigibilidade e dispensa de licitação. Contratos Administrativos: Conceitos, características, conteúdo, formalidades, normas relativas à execução, prazos e extinção contratual. De acordo com as leis de licitações vigentes na data da publicação do edital. Agentes Públicos: Conceitos, classificações e características dos agentes públicos. Cargo, emprego e função. Processo Administrativo. Improbidade administrativa. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária Controle da Administração pública. Finanças Públicas: Orçamento Público: Planejamento, execução e controle do orçamento. Instrumentos de planejamento: Plano plurianual de investimentos; Lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual. Créditos Adicionais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, controles interno e externo, segundo as constituições federal e estadual. Responsabilidade na Gestão Fiscal: Conceitos e normas estabelecidas pela lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000) e lei de responsabilidade estadual (Lei Complementar estadual 14.836, 14 de janeiro de 2016).

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2022.

José Giovani Rodrigues de Souza
**Superintendente dos Serviços Penitenciários
do Rio Grande do Sul - SUSEPE/RS**